

REIVINDICAÇÕES PELO AUXÍLIO TRANSPORTE EM TRÊS RIOS

Diretoria da ADUR-RJ e Comissão de funcionários reúnem-se com Reitor para discutir impasse

Representantes da diretoria da ADUR-RJ, seu assessor jurídico, Dr. Marcelo Chalhéo, e uma comissão de funcionários da Universidade Rural lotados em Três Rios reuniram-se com o Reitor desta IES, dia 11 de maio, para tratar sobre o restabelecimento do auxílio-transporte dos docentes e técnico-administrativos daquele campus, cujos valores referentes ao mês de maio foram reduzidos e, em alguns casos, suspensos. A comissão de funcionários que exercem suas funções em Três Rios foi eleita em assembleia, realizada dia 7 de maio na unidade, que contou com a presença da Profa. Ana Cristina Souza dos Santos e Prof. Victor Cruz Rodrigues, diretores da ADUR-RJ, e do advogado supracitado.

Na ocasião, docentes e técnicos presentes discutiram o problema em questão e elaboraram um documento conjunto, que foi analisado pelo jurídico da Associação e assinado pela presidente da seção sindical e pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação nas Instituições Federais de Ensino dos Municípios de Seropédica, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu e Três Rios – SINDIFE/RJ, Sr. Leonir Tunala Resende.

Este documento – que foi protocolado e entregue no dia 11 ao Reitor, Prof. Ricardo Motta Miranda – afirma que o direito ao auxílio-transporte dos funcionários de Três Rios é assegurado pela Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001. Ainda informa que este não pode ser pago em bilhetes de passagens, pois, por lei, também é garantido ao funcionário que o seu deslocamento para o local de trabalho e seu retorno para casa sejam feitos por meio de veículo particular.



Prédio da UFRRJ em construção na cidade. Conclusão prevista para o segundo semestre deste ano

O documento entregue pela diretoria da ADUR-RJ e pela comissão dos funcionários de Três Rios ao Reitor explicita também a jurisprudência dos tribunais federais, causada pela problemática semelhante que envolve o Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Paraná e a União.

Durante a reunião com a Administração Superior, foi acordado que, *para este momento, será mantido o auxílio transporte referente ao trajeto apenas de ida (utilizando os ônibus de "roleta"), pois o valor que será pago corresponde ao "teto" recebido pelos SPF e militares, conforme informação de auditores da Controladoria Geral da União (CGU) à Reitoria e à Procuradoria da UFRRJ.* O Reitor comprometeu-se em encaminhar ao Procurador, para análise, o documento que trata da ação ganha pelo Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Paraná a fim de respaldar a Administração Superior da Instituição e assegurar o pagamento dos valores solicitados pelos docentes e técnicos, tal como direito desses trabalhadores. O assessor jurídico da ADUR-RJ está acompanhando o caso em questão e se propôs a entrar em contato com o advogado do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Paraná para conhecer o processo na íntegra.

Nova Diretoria do ANDES-SN é eleita com o desafio de mobilizar a categoria docente

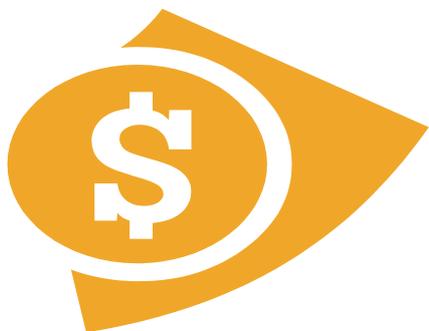
Números da eleição na UFRRJ:

- * Total de eleitores: 773
- * Total de votantes: 174
- * Votos na chapa 1: 168
- * Votos em branco: 03
- * Votos nulos: 03

Com o desafio de mobilizar a categoria docente para os enfrentamentos coletivos em defesa da educação pública de qualidade e de melhores condições de salário e de trabalho, a única chapa que concorreu à Diretoria do Sindicato Nacional – ANDES-AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA – foi eleita para o biênio 2010/2012. Dentre os 10.836 docentes de todo o país que compareceram às urnas, 9.860 votaram na chapa, 701 em branco e 275 anularam o voto. À frente da nova direção do ANDES-SN estão os docentes Marina Barbosa Pinto (UFF), Márcio Antônio de Oliveira (APESJF) e Hélvio Alexandre Mariano (ADUNICENTRO), que compõem o triunvirato, ocupando, respectivamente, a presidência, a secretaria geral e a tesouraria do Sindicato Nacional. Os professores Luis Mauro Sampaio Magalhães e Frederico José Falcão (ADUR-RJ) serão os novos 2º Vice-Presidente da direção nacional e 1º Vice-Presidente da regional Rio de Janeiro do ANDES-SN. Os eleitos tomarão posse em junho, durante o 55º CONAD.

DENÚNCIA

Ministério Público instaura inquérito para apurar repasse do governo ao presidente do Proifes



O Ministério Público Federal – MPF instaurou inquérito civil para apurar possíveis irregularidades em repasse de verbas do governo federal para o presidente do Proifes, Gil Vicente.

O inquérito se baseia em denúncia encaminhada ao órgão pelo ANDES-SN,

em 25/6/2009. Além dos questionamentos originais apresentados pelo Sindicato Nacional, o MPF considerou que pode também ter havido violação da Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que coíbe a interferência estatal nas organizações dos trabalhadores.

Conforme as denúncias tornadas públicas pelo ANDES-SN no ano passado, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG repassou à Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, até abril daquele ano, mediante Termo de Cooperação, R\$ 370 mil para a elaboração de estudos para reestruturação de cargos, carreiras e salários dos servidores públicos federais, incluindo os docentes. Entre os pesquisadores da UFSCar contemplados

com os recursos públicos, estava o presidente do Proifes, Gil Vicente, que já recebeu R\$ 24.794,55, de acordo com os dados disponibilizados no Portal da Transparência do governo federal.

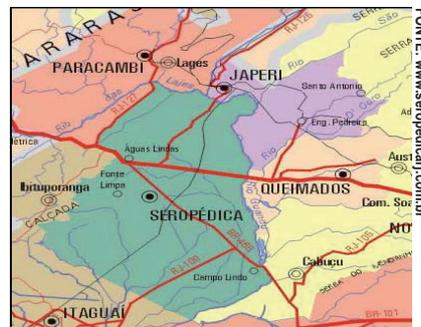
O presidente do ANDES-SN, Ciro Correia, avalia que a instauração do inquérito demonstra que o Sindicato Nacional acertou ao tomar a iniciativa de publicizar essas denúncias, assim como a de acionar os órgãos competentes para esclarecer “esses atos oficiais que podem ter sido objeto da motivação fraudulenta de recompensar posturas e práticas anti-sindicais por parte daqueles que têm se arvorado em ‘negociadores’ da categoria”.

Para acesso a outros documentos sobre o assunto clique em www.andes.org.br

PROJETO PRIMEIRA TERÇA-FEIRA DO MÊS

ATIVIDADE TEM INÍCIO DIA 1/6, ÀS 16H, COM DEBATE SOBRE ATERRO SANITÁRIO EM SEROPÉDICA

A Diretoria da ADUR-RJ, pensando em promover maior integração entre seus filiados e toda a comunidade universitária, realizará uma atividade na sede da Associação toda primeira terça-feira de cada mês. O Projeto **PRIMEIRA TERÇA-FEIRA DO MÊS** se propõe criar, na primeira hora do encontro, um espaço de discussão de questões politicamente relevantes, sejam elas de caráter nacional ou local. As duas horas seguintes serão regadas por sonoridades musicais e/ou poéticas, ou seja, “uma hora feliz”, mas também crítica e reflexiva. *Dia 1º de junho, a partir das 16h, acontecerá o primeiro evento, quando será resgatado o debate apresentado pela ADUR-RJ em novembro de 2009 sobre os riscos da construção de um aterro sanitário em Seropédica. Participe!*



FONTE: www.seropedicarij.com.br

Os deputados da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP rejeitaram por unanimidade, em 12/5, o Projeto de Lei Complementar 549/09, que congela o salário dos servidores públicos federais por dez anos e impede investimentos em obras como reformas e ampliações de escolas e hospitais. A rejeição à matéria foi proposta pelo deputado relator, Luiz Carlos Busato (PDT-RS), que já havia se comprometido com representantes do ANDES-SN e de outras categorias de servidores públicos a apresentar parecer contrário à matéria. O PLP, entretanto, agora segue para análise de outras comissões e, se aprovado, irá a plenário.

Assembleia da ADUR-RJ, realizada na sede no dia 10 de maio, elegeu os professores Frederico José Falcão e José dos Santos Souza como delegados para os Congressos da Conlutas e o da Classe Trabalhadora, que acontecem em julho deste ano, na cidade de Santos - SP.

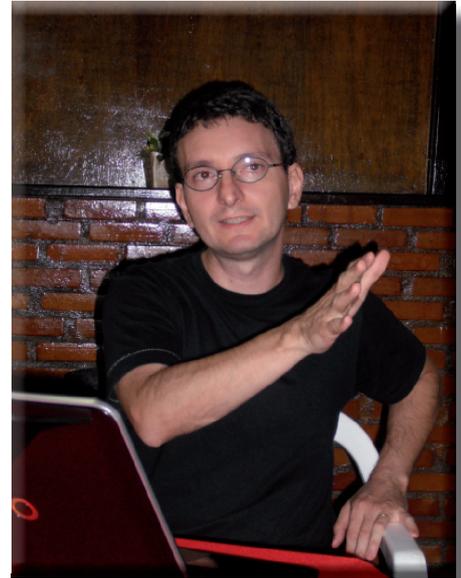


ATIVIDADE PELO DIA DO TRABALHADOR

Precarização do trabalho docente e o desmonte do funcionalismo público em debate na UFRRJ

FOTO: Aline Pereira

Por ocasião do dia do trabalhador, a Diretoria da ADUR-RJ organizou uma mesa redonda para debater as reais condições de trabalho dos professores nas Instituições de Ensino Superior e alertar a categoria sobre o Projeto de Lei 549/09, que visa congelar os salários dos funcionários públicos federais e impedir a realização de concursos públicos pela próxima década. As discussões sobre o tema foram realizadas nos campi da UFRRJ em Seropédica e em Nova Iguaçu, respectivamente nos dias 5 e 6 de maio. No primeiro dia, os presentes puderam ouvir as considerações dos docentes Antônio de Pádua Bosi (foto), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e Luis Mauro Sampaio Magalhães, professor da UFRRJ e futuro 2º vice-presidente da Diretoria do ANDES-SN. No Instituto Multidisciplinar, quem expôs o assunto foi o Prof. Frederico José Falcão, docente da UFRRJ e futuro 1º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Sindicato Nacional.



Naturalização da exploração docente é preocupante

De acordo com Antônio Bosi, a precarização do trabalho docente está ligada a três principais fatores: a) o crescimento da atuação docente, principalmente setor privado e em novas universidades estaduais, onde as condições de trabalho e de contrato existentes geralmente são precárias; (b) a mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas; (c) a adoção de critérios exclusivamente quantitativistas para a avaliação da produção do trabalho docente, praticados não só pelas agências de fomento à pesquisa como também pelas próprias administrações de muitas universidades.

Para comprovar seus argumentos, Bosi exibiu alguns dados como a evolução do número de docentes nas IES públicas e privadas do país ao longo dos últimos 25 anos, a inserção dos professores nos programas de pós-graduação *Strictu Sensu*, bem como a difusão de cursos de mestrado e doutorado nas mais diversas áreas do conhecimento, nas últimas décadas. Demonstrou ainda como o aporte de recursos para as Instituições Federais de Ensino Superior, de uma maneira geral, diminuíram consideravelmente no período de 1995 a 2005.

Também explicitou, a partir de informações disponibilizadas pelo CNPq, como a produção científica cresceu vertiginosamente no Brasil, dentre os anos de 2000 e 2008, considerando-se que as cobranças avolumaram-se para os docentes e os pós-graduandos. "Somos responsáveis

por cerca de 50% da produção de artigos acadêmicos e científicos da América Latina", disse. Segundo Bosi, estatísticas demonstram que nas últimas décadas houve a intensificação do trabalho docente e o sucateamento das instituições públicas – sobretudo as estaduais e as municipais, já que muitas ainda não possuem plano de carreira e de salários. "Hoje, trabalhamos muito mais do que na década de 1980 e, infelizmente, há uma naturalização desta realidade de exploração, que traz consequências sérias para a saúde física e emocional dos professores". Ele lembrou ainda que os pós-graduandos também sofrem com o estresse crônico, devido a pressão e as cobranças em relação aos resultados e à produção em tempo exíguo.

Competição entre os pares

A relação desproporcional entre o aumento das atividades docentes e a queda dos aportes financeiros para as instituições tem fomentado a competição entre os colegas nas IES. Muitos dependem dos órgãos de fomento à pesquisa para obterem recursos e desenvolverem seus projetos – que são analisados e julgados de acordo com critérios produtivistas para que sejam contemplados. Como o aporte financeiro de agências estaduais e nacionais também é limitado, há um incentivo à disputa entre os professores. "Estimula-se o constrangimento docente. Cada vez mais, percebe-se a individualização dos laboratórios, que, por receberem recursos do projeto de um dado professor, não tem seu espaço coletivizado. O docente passa a ser valorizado de acordo

com o número de projetos aprovados – o que destrói a solidariedade e favorece à lógica do prestígio nas relações de trabalho", avalia.

Defesa de expansão responsável

O palestrante criticou o programa de expansão do governo federal, que propõe a ampliação da graduação no país e a criação de novos cursos sem considerar que faltam as condições efetivas – e muitas vezes mínimas – para seu funcionamento pleno.

"Há que se ter cuidado com os critérios que priorizam quantidade em detrimento da qualidade. Particularmente, sou crítico à expansão multicampi que não cria estrutura adequada de ensino, pesquisa e extensão para todos docentes. O crescimento tem se dado a partir de uma matriz precária", disse.

Com o intuito de ilustrar ainda mais a grave crise em que se encontram as IES, apresentou depoimentos de professores de diferentes instituições e de áreas de atuação distintas, pelos quais explicitam a insatisfação com o aumento da carga de trabalho, expõem o medo de perder a bolsa de produtividade na avaliação dos órgãos de fomento e indicam que até mesmo os materiais de papelaria devem ser custeados pelos projetos de pesquisa que empreendem. "A educação é pública, mas, a lógica é privada. Temos que pensar até que ponto isso tudo tem se convertido em um projeto hegemônico", concluiu.

GOVERNO QUER DESRESPONSABILIZAR ESTADO DO QUE É SERVIÇO PÚBLICO

FOTO: Aline Pereira



Acima, participantes do debate na sede da ADUR-RJ, em Seropédica

O Prof. Luis Mauro Magalhães relacionou a precarização do trabalho docente e o desmonte do funcionalismo público federal com o contexto político do país. Disse que o governo Lula aprofundou algumas medidas já empreendidas pelo antecessor Fernando Henrique Cardoso e que estas visam ao sucateamento da educação pública no país, à mercantilização do ensino e à construção de uma Universidade que não produza conhecimento crítico. Afirmou que existem reformas comprometidas com os interesses do capital internacional, que desresponsabilizam o Estado de sua função provedora, com graves reflexos em setores como saúde e educação.

“O projeto é o de um Estado mínimo em suas funções sociais, o que repercute na qualidade do setor de serviços e nas condições de trabalho do funcionalismo público, incluindo-se os docentes”, disse.

Ele citou a estratégia governista de desqualificar a luta dos movimentos sociais organizados, buscando, inclusive, fragmentar

as fundações estatais de direito privado para gerenciar áreas ligadas aos serviços públicos, retirando do governo a responsabilidade com folhas de pagamento e outras despesas e o PL 6944/09, que altera as bases da administração pública federal e as normas gerais para a realização de concursos públicos. O Prof. Luis Mauro Magalhães ainda mencionou a tentativa do governo federal de caçar o direito de greve do funcionalismo público, lembrando que o governo tem se esforçado para desmontar os sindicatos das mais diversas categorias.

Crise econômica não está superada

Em Nova Iguaçu, o Prof. Frederico José Falcão também explicitou sua discordância com o atual projeto de governo. Ele apresentou importantes considerações sobre o ataque aos direitos dos trabalhadores e, em geral, dos servidores públicos. Demonstrou preocupação com as notícias veiculadas pela mídia de grande amplitude

algumas entidades. Explicitou a gravidade de alguns decretos como o PLP 549/09, que prevê o congelamento salarial dos SPF; o PL 248/98, que possibilita ao funcionário público estável a perda de cargo por insuficiência de desempenho; o PL 92/97, que institui

que afirma que a crise econômica mundial está superada, embora os últimos acontecimentos na Grécia e na Espanha provem exatamente o contrário.

“O problema é que os governos sempre apresentam como solução, unanimemente, o ataque ao serviço público. Assumem compromissos com os organismos dirigentes do grande capital internacional que reduzem salários, promovem um clima de insegurança jurídica, destroem aposentadorias e outros direitos dos funcionários”, disse.

Segundo o Prof. Frederico José Falcão, a disseminação da ideologia neoliberal e o aumento da lógica privatista no serviço público fomentam a perspectiva do “cada um por si” nas Universidades. Ele afirma ainda que o neoliberalismo e o individualismo são fatores que também levam ao enfraquecimento do movimento sindical, atacado não só pelas ações governamentais de cooptação ou coerção.

“Em uma conjuntura como a atual, a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade contra a mercantilização do ensino e contra a precarização do trabalho docente assume total relevância. Essa luta tem que estar atrelada à de todos os trabalhadores que não se acomodam aos ditames dos governos a serviço do capital. E ela não tem só o condão de apontar a possibilidade de alternativas viáveis de conteúdo social. Ela constrói as bases pelas quais, em uma outra conjuntura mais favorável, se possa dar um salto de qualidade rumo à construção de uma sociedade que supere a lógica do capital”, afirmou.

Após os debates, tanto em Seropédica quanto no Instituto Multidisciplinar, os presentes participaram de um coquetel de confraternização.

O censo desta década do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que começa em agosto, será mais detalhado. Investigará os novos arranjos familiares, as condições de moradia (incluindo água e saneamento) e até os materiais das paredes das casas. Pela primeira vez, serão pesquisados itens como as línguas indígenas, assim como o número de brasileiros que moram ou estudam no exterior e formas de deslocamento pela cidade. São estimados três meses de trabalho, a ser realizado por 191 mil recenseadores, que visitarão 58 milhões de domicílios de 5.565 municípios, ao custo de aproximadamente R\$ 2 bilhões.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) afirmam que cerca de 650 mil trabalhadores qualificados e com experiência profissional não deverão encontrar colocação no mercado de trabalho neste ano.

Impulsionado pela *pressão popular*, o projeto “Ficha Limpa”, que impede a candidatura de políticos com condenações na Justiça, foi votado no Senado. O presidente Lula da Silva tem até o dia 8 de junho para sancioná-lo. Acredita-se que o fará sem vetos e que se antecipe ao prazo.

De acordo com o jornal da ADURRJ, o sistema de reserva de vagas para negros e estudantes de baixa renda, já implantado em várias IES, é assunto em pauta na UFRJ. O tema seria debatido pelo Conselho Universitário dia 13 de maio, data dos 122 anos da abolição da escravidão no país, mas foi adiado para o dia 27.

A Organização Mundial da Saúde afirma que 250 milhões de pessoas têm diabetes e que esse número deve dobrar até 2030. No Brasil, cerca de 10 milhões de pessoas têm a doença – o que equivale a 5,9% da população. O aumento dos casos é resultado do consumo de *fast food*, do sedentarismo e dos elevados níveis de estresse.